

NOTA INFORMATIVA

APOSENTAÇÃO VOLUNTÁRIA

Tribunal Constitucional decide que o que conta é a Lei que estiver em vigor no momento da entrada do requerimento do trabalhador

O Tribunal Constitucional, através do Acórdão 134/2019 publicado no DR I Série de 3 Abril de 2019, declarou inconstitucional a norma do nº1 do artigo 43 do Estatuto de Aposentação, na redacção dada pela Lei 66-B/2012 de 31 Dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2013).

A norma em questão mandava aplicar aos pedidos de aposentação a legislação que estivesse em vigor no momento do despacho dado pelos serviços. Ao declarar inconstitucional esta norma o Tribunal Constitucional manda que seja aplicada a lei que estiver em vigor no momento da entrada do requerimento do Trabalhador.

Ou seja, o trabalhador deixa de estar dependente de eventuais alterações legislativas que ocorram ao estatuto de aposentação em momento posterior à entrada do requerimento e antes da decisão final, protegendo-o nos seus direitos.

A decisão de inconstitucionalidade em causa vai mais longe e considera que a norma está revogada desde a data do início da sua aplicação, isto é, desde 1 Janeiro de 2013, pelo que aos trabalhadores que tenham requerido a aposentação voluntária a partir de 1 de Janeiro de 2013 ser-lhes-á aplicada a lei em vigor no momento da entrada do seu requerimento.

LUTAR VALE A PENA

Mantém-te informado!

A Direcção

 **SINDICALIZA** -Te **no STFPSCentro**
vai a www.stfpcentro.pt - ficha de sindicalização